

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002092-26.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Marco Antonio Militão de Lima Prieto Filho**
Requerido: **Serasa Centralização de Serviços dos Bancos S.a e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter sido surpreendido com a informação de que seu nome estava inserido no banco de dados da primeira ré sem que tivesse sido notificado da abertura do respectivo cadastro.

Alegou ainda que logrou descobrir que a inserção guardava relação com protesto implementado junto a unidade delegada ao segundo réu, tendo então realizado o pagamento do débito para o seu cancelamento.

Salientou que após vários meses soube que permanecia inscrito perante a primeira ré pelo mesmo apontamento aludido sem que houvesse razão para tanto, de sorte que almeja ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

A preliminar arguida pela primeira ré em contestação entrosou-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Por outro lado, defiro ao autor os benefícios da assistência judiciária diante do documento de fl. 30 e pela ausência de outros que de maneira concreta denotassem que ele reúne condições para fazer frente aos encargos do processo.

Existem duas questões que demandam apreciação nos autos.

A primeira diz respeito à falta de notificação ao autor a propósito da abertura de cadastro que culminou com sua inserção junto à primeira ré.

Sobre o tema, resalto de início que comunicação dessa natureza era despicienda por parte da primeira ré, tendo em vista que não se aplica à espécie a regra do art. 43, § 2º, do CDC.

Isso porque a anotação em apreço deriva de informações obtidas perante órgãos públicos (no caso, o Cartório de Protestos), nada mais sendo que repetições delas.

Não há falar-se, pois, em qualquer ilegalidade da primeira ré ao não proceder à notificação do autor, como, já proclamou o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

*“INDENIZATÓRIA . Buscada indenização, por falta da notificação aludida no art. 43, § 2º, do CDC, quando de apontamento junto ao cadastro de inadimplentes da SERASA. Improcedência da demanda. Órgão que atua com a finalidade de armazenamento de dados, considerado como entidade de caráter público (art. 43, § 4º), visando precipuamente a proteção da coletividade. Anotação referente à existência de cheques sem fundo protestados. Dados públicos, de acesso permitido a qualquer pessoa. Inexistência de vício ou ilicitude na falta da notificação. Sentença mantida. Recurso desprovido.” (Apelação Cível nº 1021891-93.2014.8.26.0576. Rel. Des. **PERCIVAL NOGUEIRA**, 6ª Câmara de Direito Privado, j. em 23/10/2015).*

“RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. EXISTÊNCIA DE DÉBITOS. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. A autora alega que seu nome foi inscrito nos órgãos de proteção ao crédito em decorrência da emissão de dez cheques sem provisão de fundos. Comprovada a existência de débito a justificar o apontamento do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. A ausência de notificação não torna indevido o cadastro negativo do consumidor, uma vez que esse não honrou com suas obrigações. Não se exige do SERASA que faça a notificação prévia a respeito de informações negativas oriundas de órgãos públicos, que já lhes deu publicidade. É o caso das anotações de distribuições forenses, protesto de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

títulos e cheques devolvidos por falta de fundos, como foi bem anotado na sentença. Sentença mantida. Recurso não provido.” (Apelação nº 0036973-23.2009.8.26.0071. Rel. Des. **CARLOS ALBERTO GARBI**, 10ª Câmara de Direito Privado, j.em 11/06/2013).

No mesmo sentido: STJ, REsp 992.168- RS; AgRg no AI 793.830-RJ; REsp 1.038.272-RS; REsp 1.027.462-RS.

De outro lado, o segundo réu demonstrou satisfatoriamente a fl. 167 que por duas vezes foi tentada sem êxito a intimação do autor quanto ao protesto que se buscava fazer e que, por isso, ela se implementou por edital.

Foram, pois, preenchidos os pressupostos necessários para que o autor tivesse ciência da situação posta, o que conduz à conclusão de que inexistiu falha ou irregularidade de nenhum réu no particular.

A segunda questão posta a exame concerne à demora para que a primeira ré excluísse de seus bancos de dados o protesto trazido à colação, mesmo tendo o autor diligenciado o cancelamento.

O documento de fl. 169 evidencia que o autor em 29 de junho de 2015 solicitou esse cancelamento e que isso se deu de imediato.

Entretanto, os réus reconheceram que a exclusão do protesto perante a primeira ré sucedeu somente em 03/12/2015 (fls. 79, penúltimo parágrafo, 160, quinto parágrafo).

Significa dizer que entre o final de junho e o início de dezembro permaneceu a anotação do protesto perante a primeira ré quando ele já fora cancelado na unidade delegada ao segundo réu.

Esse cenário atesta com clareza a falha que poderia até mesmo render ensejo a danos morais, tendo em vista que ele se equipara ao de uma negativação indevida, sem lastro a sustentá-la.

Há aspectos, porém, que precisam ser examinados.

Assim, tomo como inaplicáveis aqui as regras do Código de Defesa do Consumidor porque não estão presente os requisitos dos arts. 2º e 3º da Lei nº 8.078/90.

Por outras palavras, não se vislumbra entre as partes relação de consumo que viabilizasse a incidência daquele diploma legal, de sorte que as normas de responsabilidade civil nortearão a definição da lide.

Assentada essa premissa, entendo que os documentos de fls. 171/172 atestam que a comunicação do cancelamento do protesto foi devidamente realizada em tempo hábil pela unidade delegada ao segundo réu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Já o documento de fls. 175/176 reforça essa certeza, concluindo-se que a Boa Vista Serviços S/A confirmou ter sido cientificada do cancelamento entre os dias 30 de junho e 03 de julho.

Precisamente por isso, aliás, o problema ventilado não se operou junto ao SCPC e sim perante a primeira ré.

Sem embargo, nota-se a fl. 90, na esteira do que anteriormente foi observado, que a primeira ré tomou conhecimento do cancelamento apenas em 03 de dezembro, excluindo prontamente a anotação correspondente.

A conjugação desses elementos demonstra que os réus cumpriram as providências que lhes tocavam relativamente aos fatos trazidos à colação.

Não se entrevê pelos documentos amealhados respaldo consistente para ideia contrária, indicativa de culpa por parte de qualquer deles.

A falha que certamente aconteceu não pode no contexto probatório dos autos ser atribuída a nenhum dos réus, os quais – repita-se – agiram dentro das normas que norteiam suas condutas.

Bem por isso, não se detectando a responsabilidade dos réus pelo resultado apurado, carece o autor de base para postular diante deles o ressarcimento de danos morais.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 31/32, item 1, com a ressalva de que a exclusão da anotação do protesto junto à primeira ré já havia acontecido em 03/12/2015, não podendo por isso ser restabelecida.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 20 de setembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA